

MOVIMENTO PENSAR SETÚBAL

NOTA À IMPRENSA

No passado dia 5 de Março, teve lugar o 3º debate público organizado pelo movimento de cidadãos "Pensar Setúbal" (M.P.S.), destinado à população e às forças vivas do concelho, no qual estiveram presentes largas dezenas de populares e de instituições setubalenses e azeitonenses. Foi a iniciativa mais participada que o M.P.S. já realizou e, da qual nos congratulamos imenso.

Este conjunto de debates visam promover a discussão de ideias sobre o futuro desenvolvimento de Setúbal, de modo a consolidar uma estratégia de desenvolvimento para o concelho, envolvendo activamente os cidadãos, num mecanismo de cidadania participativa.

Este 3º debate intitulou-se "A co-incineração de resíduos perigosos e a candidatura da Arrábida a Património Mundial" e contou com as presenças dos seguintes oradores:

- Dr. Castanheira Barros, representante legal das Autarquias de Palmela, Sesimbra e Setúbal;
- Eng.º Mendes Bragança, fundador do Movimento de Cidadãos pela Arrábida;
- Eng.º Rui Berkenmeier, em representação da Quercus;
- Prof. José Manuel Palma e Eng.º Pedro Rodrigues, da Sécil, SA;

Do referido debate, destacam-se as seguintes conclusões, subscritas pelo M.P.S.:

☞ O M.P.S. e todos os participantes no referido debate, consideram de extrema importância para o garante da sustentabilidade do Parque Natural da Arrábida, a candidatura deste a Património Mundial Misto da Humanidade, pela UNESCO e saúdam a aceitação da referida candidatura para a fase de avaliação, por peritos internacionais;

☞ Se bem que este ponto não tivesse sido consensual no debate, constatou-se que a maior parte dos presentes encara com cepticismo e, como eventual entrave ao sucesso da referida candidatura, a exploração das pedreiras no Parque Natural para a extracção de inertes e, para a produção de cimento;

☞ Apesar do esforço e empenho reconhecidos na reflorestação efectuada pela Sécil, das zonas afectadas pela exploração das suas pedreiras, no entanto, o impacte visual das mesmas, continua a ser claramente visível na descaracterização da paisagem natural da Arrábida e, por conseguinte, é encarado por grande parte dos presentes no debate, como um factor preocupante na sustentabilidade do próprio Parque. Segundo vários populares que interviveram, os mesmos consideraram que este facto é inibidor de uma estratégia de desenvolvimento económico alternativa para o concelho e para a Região de Setúbal, estratégia essa, segundo os mesmos intervenientes, assente no desenvolvimento turístico de vertente de preservação ambiental, aliada às potencialidades turísticas da região, em particular, do concelho de Setúbal. Neste sentido, vários participantes salientaram a necessidade de reconversão do espaço fabril da Sécil em empreendimentos turísticos, com a alteração de edifícios fabris para hotéis;

☞ As posições a favor e contra a co-incineração de Resíduos Perigosos no Parque Natural da Arrábida continuam a ser antagónicas, independentemente da questão técnica da mesma e da sua comparação com outras técnicas de valorização térmica de resíduos sólidos, como a incineração dedicada e a Pirólise por Plasma com Vitrificação (PPV). Alguns dos participantes evidenciaram que a co-incineração, é prática industrial corrente na generalidade dos países desenvolvidos há várias décadas;

☞ A grande inquietação dos presentes no debate, membros da sociedade civil, em particular, das associações ambientalistas e do Movimento de Cidadãos pela Arrábida, relativamente à co-incineração, tem a ver com a libertação de poluentes orgânicos persistentes na forma gasosa, nomeadamente, as Dioxinas e os Furanos, compostos cancerígenos, característicos dos processos de combustão de resíduos, não obstante a tecnologia de tratamento desses efluentes gasosos permitir que os mesmos sejam convenientemente tratados e, as composições desses compostos libertados para a atmosfera sejam inferiores aos valores limite máximo de emissão, definidos pela legislação portuguesa e comunitária, através de monitorização não contínua dos mesmos pela cimenteira.

☞ A Sécil afirmou que possui o maior conjunto de medições de dioxinas, furanos e metais pesados efectuada por uma cimenteira em todo o mundo, os quais associados aos resultados da sua rede de monitorização da qualidade do ar e à biomonitorização de líquenes e solos evidencia que são totalmente respeitados todos os limites legalmente estipulados e, segundo a sua opinião, não acrescem quaisquer emissões atmosféricas adicionais devido à co-incineração efectuada.

☞ Como se sabe e, isso é ponto assente na comunidade científica, a co-incineração de resíduos só pode ser aplicada a uma gama muito restrita de resíduos perigosos, nomeadamente, aqueles que contribuem, através do seu poder calorífico, para a substituição do combustível tradicional de alimentação ao forno, nomeadamente, os óleos usados (que podem ser reutilizados, sem necessidade de se os eliminar por queima) e, as lamas de fundo de tanque e de tratamento físico-químico de operadores (resíduos actualmente co-incinerados pela Sécil, para além de determinados resíduos banais). No entanto, existem soluções técnicas alternativas e consistentes de valorização material e de reutilização de óleos usados, como alternativa ao tratamento dos mesmos por co-incineração;

☞ Nas cimenteiras apenas são tratados 6% dos Resíduos Industriais Perigosos, dos quais menos de 2,5% na Sécil, uma vez que prevaleceu a orientação geral da Quercus que preconiza a co-incineração unicamente dos resíduos que não tenham outro destino após o respectivo pré-tratamento nos CIRVER ou noutros operadores. Daí que os participantes tenham questionado que interesse pode ter para a Secil a actividade de co-incineração;

☞ A grande preocupação da população com a sustentabilidade da Arrábida, como já foi referido, tem a ver essencialmente com a actividade de exploração das pedreiras tanto na extracção de inertes e também (em menor escala, segundo a Sécil) na produção de cimento, pois os municípios e as populações dos concelhos territorialmente abrangidos pela Área do Parque, sempre tiveram e continuam a ter “um grande carinho” pela preservação das potencialidades ecológicas e de biodiversidade que permanecem desde há várias décadas no Parque, algumas delas, únicas na Europa. Uma sociedade civilizada como a nossa, nunca pode descartar (nem descarta) as preocupações ambientais e a responsabilidade ecológica que a própria legislação transmite, no que concerne à preservação do nosso Património Natural. A Secil esclareceu que nunca existiu nenhuma ampliação de concessão de exploração de pedreiras, nem aumento de área de exploração, desde a operação de privatização da Empresa em 1994. O Movimento Cidadãos pela Arrábida rebateu esta afirmação uma vez que qualquer setubalense tem visto nos últimos 19 anos um aumento enorme da cratera da Secil. O representante da Secil ficou de enviar os mapas georreferenciados das suas pedreiras para esclarecer a sua afirmação.

☞ É reconhecido o papel fundamental que a indústria cimenteira tem tido no desenvolvimento económico do país e de Setúbal, no fluxo de exportações portuguesas através, por exemplo, do Porto de Setúbal e, contribuindo desta forma, para o Produto Interno Bruto nacional e para o emprego e economia regional. O país necessita, mais do que nunca, da indústria para o seu crescimento económico, indústria essa que, naturalmente, tem de ser compatível com as questões de natureza ambiental e, por conseguinte, a sua actividade deve ser projectada para minimizar os impactes ambientais decorrentes da sua actividade.

☞ O que foi reconhecido como incompreensível e gravíssimo para o futuro da região de Setúbal e, em particular do concelho de Setúbal, é que existe uma política central que não permite qualquer desenvolvimento económico significativo na área do Parque Natural da Arrábida (surpreendentemente mesmo da área menos sensível, fora do perímetro da Serra da Arrábida), a não ser a actividade extractiva das pedreiras, obviamente destruidora da natureza.

Toda esta informação pode ser consultada na *webpage* do M.P.S., em www.movimentopensarsetubal.webnode.pt.

Jaime Filipe Puna
Coordenador do M.P.S.